Senado debate idade penal

A violência praticada por menores e os exemplos mundiais de condenação de jovens à prisão provocaram no Senado a discussão sobre a redução da idade penal de 18 para 16 anos. Quatro propostas de emenda constitucional já estão sendo debatidas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). E mais duas estão a caminho.

Os projetos propõem alteração ao artigo 228 da Constituição, que determina que os menores de 18 anos são "penalmente inimputáveis". Ou seja, não podem ser responsabilizados criminalmente como adultos. São julgados por lei especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo o relator da Comissão de Constituição e Justiça, Ramez Tebet (PMDB/MS), as quatro propostas que já estão na CCJ propõem a responsabilidade penal aos 16 anos. Ele afirma que agrupou-as e vai apresentar um único parecer. "Depois de discutir amplamente a matéria com a sociedade", promete.

O senador pretende realizar audiências públicas antes de decidir seu parecer. Mas não disse quando isso vai acontecer. "A matéria não pode ser julgada sob impacto emocional. Os menores têm sido autores de delitos, mas também são vítimas", em referência à morte dos estudantes Gabriela Adler e Flávio Martins, assassinados por menores de 18 anos, em fevereiro passado.

Na opinião da delegada da Criança e do Adolescente, Suzana Machado, a intenção é absurda. "Os presídios estão abarrotados. E são maiores de 18 anos." Ela também não admite imitações a países desenvolvidos. "Na Inglaterra ninguém passa fome. Oferecendo muito, pode-se cobrar muito."

Suzana Machado enfatiza que em mais de 50% dos crimes praticados por adolescentes há adultos envolvidos. "Se a responsabilidade cair para 16, os marginais vão usar garotos de 14. A redução da idade penal só vai empurrar a violência para faixa etária menor."

A capacidade dos adolescentes em julgar o certo e o errado está na essência do debate. E já existe jurisprudência sobre isso. Em 21 de maio de 1996, o Supremo Tribunal Federal (STF) absolveu o encanador Márcio Luiz de Carvalho, que aos 24 anos mantivera relações sexuais com uma menina de 12. Os ministros entenderam que ela sabia o que estava fazendo. No dia seguinte, a bancada feminina do Congresso Nacional lançou violento manifesto de repúdio. "Uma criança não tem noção do que faz", afirmou, irritada a deputada Marta Suplicy (PT/SP).

Outra decisão poderá acirrar a polêmica. "A redução da maioridade civil de 21 anos para 18, que acabou de ser aprovada pelo Congresso, vai repercutir na maioridade penal", prevê o presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Licínio Barbosa. Ele defende a redução para 16 anos, justificando que as penas podem ser fixadas conforme o caso e inclusive levando em consideração a idade.

A decisão do STF sobre o caso de estupro da menina de 12 anos será um dos argumentos que o senador Odacir Soares (PTB/RO) vai usar para defender sua proposta de emenda constitucional, que está a caminho da CCJ. Ele acredita que provada a maturidade, "por meio de exame psicológico por perito da Justiça", garotos de 16 anos podem ser julgados como adultos.

"O único método de solução para a alta criminalidade é a cadeia. O mundo todo aumenta a pena e reduz a idade penal. Estou seguindo a tendência do mundo", justifica Odacir Soares. Ele apresentou a proposta no dia 5 de março.

O diretor da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), Geraldo Vieira, assegura que os adolescentes não têm colher de chá. "Veja o caso Galdino, o menor acusado de queimar o índio estava cumprindo pena em 48 horas. Os adultos apresentam liminares e geralmente levam meses para serem presos. Depois, a Justiça comum aliviou a pena. Na hora em que se cumpre a lei, vem outro tribunal e altera."

Vieira enfatiza que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê desde broncas de juiz para infrações leves até restrição à liberdade. Mas assegura aos menores direitos fundamentais. Segundo esta legislação, eles devem ser reeducados—o que inclui desde assistência à família a oportunidade de trabalho.